

ENTRE O DEVANEIO E A GLÓRIA: UM OLHAR HUMANISTA CRÍTICO

César Cardoso de Souza Neto¹

Resumo

Apresentamos neste artigo uma análise da obra *Utopia* de Tomás More, filósofo, autor do Renascimento inglês, político e mártir católico. Ressaltamos a ironia crítica empregada por este autor, bem como a maneira inteligente de retratar o contexto sócio-político de sua Inglaterra natal. Dotado de uma criatividade permeada de sarcasmo, More oferece o modelo de uma sociedade perfeita na qual ressalta as virtudes e o combate a tudo aquilo que considera como empecilhos à realização do ser humano, a começar pela propriedade privada.

Palavras-chave: Tomás More; Utopia; Sociedade ideal; crítica sócio-política.

Abstract

We present in this article an analysis of the work *Utopia* by Thomas More, philosopher, author of the English Renaissance, politician and Catholic martyr. We emphasize the critical irony made by this author as well as the clever way of portraying the socio-political context of his native England. Endowed with a creativity permeated with sarcasm, More offers the model of a perfect society emphasizing the virtues and the combat to everything that considers as impediments to the realization of the human being, starting with the private property.

Keywords: Tomás More; Utopia; Ideal Society; socio-political critique.

1. Introdução

A análise da realidade sócio-política elaborada por Tomás More² repercute ao longo dos séculos, transcendendo questões históricas, políticas, religiosas e literárias. Este

¹ Doutor em Direito pela UFMG; Pós-doutorando em Direito pela USP Ribeirão Preto SP.

² Thomas More – ou *Morus* – Nascido aos 07 de fevereiro de 1478, em Londres. Respeitado advogado e competente docente, ainda que por breve período, no ano de 1503. Membro da Câmara dos Comuns, em 1504 foi eleito *Speaker* (presidente). Em 1510, recebeu a nomeação de *Under-Sheriff* da capital, tornando-se juiz membro da *Commission of Peace* em 1511. Nomeado membro de honra da corte de Henrique VIII em 1520, representou-o como Embaixador Real em várias oportunidades. Nomeado Cavaleiro Real (*Sir*) em 1521. Foi nomeado vice-tesoureiro e depois Chanceler de Lancaster. Nomeado Lorde Chanceler de todo o Reino da Inglaterra. Em 1532, pediu sua demissão, contrário às decisões religiosas do rei. Recusando fazer o juramento em 17 de abril de 1534 na presença de todo o parlamento, foi preso na Torre de Londres, juntamente com o Bispo João Fisher, de Rochester. Condenado à morte, foi executado em *Tower Hill* em 6 de julho de 1535, aos

SOUZA NETO, César Cardoso de. Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico. pp. 123-139

humanista expõe de forma muito própria, o cenário político em meio ao contexto do renascimento inglês, período de profundas transformações.³

Para uma melhor compreensão de More se faz necessário assimilar a complexidade oculta em uma personalidade rica e muito cativante. Sua particularidade se encontra na crítica aparentemente suave, porém, dotada de uma ironia apurada, própria do humanismo, que muitas vezes passa despercebida e que este autor cultivava como forma de cultivar o bom humor⁴. Através de uma leitura de sua obra *Utopia*⁵, publicada em 1516, procuraremos analisar um pouco deste grande humanista.

O mundo complexo de sentimentos e ideias que no decorrer de poucos anos se tornou um fator decisivo na formação ocidental pode ser observado na obra moreana. Daí advém sua importância filosófica, política, jurídica, literária e histórica que ora apresentamos.⁶

2. Utopia e utopias

Uma das marcas mais evidentes da modernidade estilística de More, que exerce fascínio contínuo até nossos dias, consiste no desafio que apresenta ao leitor para que este possa pensar e a rever, ou até mesmo reformular, a interpretação de seu texto.

*Utopia*⁷ é marcada pela criatividade linguística, pela ironia modesta, reforçando uma característica em que os humanistas foram mestres exímios, dos quais More é um dos seus

57 anos de idade. BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro: Solo frente al poder*. Madrid: Palabra, 1993, pp. 12-67.

More foi beatificado pelo Papa Leão XIII em 1886, foi canonizado em 1935, e elevado a Patrono dos Políticos e dos Governantes Cristãos, pelo Papa S. João Paulo II em 30/10/00. (Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/johnpaulii/pt/motu_proprio/documents/hf_jpii_motuproprio_20001031_thomas-more.html>. Acesso em 11 de abril de 2016.)

³ HELLER, Agnes. *El hombre del Renacimiento*. Trad. J. F. Yvars y Antonio Prometeo Moya. Barcelona: Península, 1980, pp. 8-9.

⁴ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro: Solo frente al poder... Op. Cit.*, p. 10.

⁵ Neste estudo usamos o texto MORUS, Thomas. *Utopia ou a Melhor Forma de Governo*. 2ª ed. Tradução, prefácio e notas Aires A. Nascimento; Estudos e introdução José V. de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

⁶ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 234.

⁷ O termo *Utopia*, elaborado por More veio a receber diversas interpretações com o passar do tempo, não ficando somente em construções semelhantes a de seu criador, mas traduzindo, tanto no passado quanto no futuro, todo ideal político, social ou religioso que se mostra difícil ou impossível de se concretizar. Este gênero apresentaria as transformações que podem ser vistas na multiplicidade de reinterpretações de utopias anteriores, ainda que ancoradas na realidade concreta do tempo histórico, propondo uma abertura como alternativa possível, uma transição de escatologias intramundanas. Entendido como fuga da realidade, do mundo concreto e tendo o ideal de igualdade e fraternidade entre os homens, evidenciam os ideais que o autor nos traz através de uma visão crítica, envolta em uma obra atraente e permeada de uma ironia peculiar.

SOUZA NETO, César Cardoso de. Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico. pp. 123-139

expoentes mais expressivos. A obra, considerada por muitos como fundadora de um gênero literário, apresenta uma proposta de organização política que tende a afirmar-se como viável.⁸

More seria o primeiro teórico a fazer circular o ideal utópico, em sua corrente mais influente. Foi ele quem criou a palavra *Utopia*, em uma crítica à dura ordem social orientada pela exploração do trabalho dos pobres e pela força da ganância.⁹

Uma utopia política tem como propósito a reflexão e a possibilidade de se instaurar de uma sociedade ideal, contrastando com os aspectos desagradáveis da realidade, aos quais propõe uma resposta.¹⁰

A obra moreana exala humanismo, sendo possível observar duas ricas fontes de inspiração, uma pagã e outra cristã. A primeira se trata da *República* de Platão, enquanto a segunda é o *De Civitate Dei*, o livro mais extenso e complexo de Santo Agostinho, do qual More apresentou algumas conferências em 1501.¹¹

Enfoca *De Civitate Dei* dissertando sua preocupação sobre questões mais profundas da política e do direito, desde um ponto de vista histórico e filosófico, e não apenas sob uma perspectiva teológica.¹²

A continuidade substancial entre contos e cantigas do medievo, a filosofia e espiritualidade cristãs e as façanhas humanistas, tornam-se o fértil terreno. A literatura criava uma infinidade de paraísos terrestres em que a vida era agradável e onde só havia espaço para a diversão, a música e o amor¹³. Contudo, essas sociedades perfeitas começavam a mostrar a importância transformadora do trabalho, em franca oposição à supervalorização do ócio¹⁴.

⁸ “Com a *Utopia* de More estamos na transição da escatologia cristã intramundana para a escatologia intramundana revolucionária.” VOEGELIN, Eric. *História das ideias políticas – Renascença e Reforma*. Vol. IV. S. Paulo: É Realizações, 2014, pp. 140-141.

⁹ KRISTELLER, Paul Oskar. *El pensamiento renacentista y sus fuentes*. Trad. Federico Patán López. Edição México: Fondo de Cultura Económica, 1993, pp. 22-23.

¹⁰ FINLEY, Moses. *Uso e abuso da História*. Trad. Marylene Pinto Michael São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 194-195.

¹¹ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, pp. 132-134.

¹² Assim escreve Lima Vaz: “As relações entre essas duas formas de vida espiritual e cultural constituem uma das mais ricas matrizes heurísticas a nos permitirem uma interpretação adequada dos universos simbólicos que presidiram ao ciclo das civilizações do Ocidente.” LIMA VAZ, Henrique C. de. *Filosofia e Cultura. Escritos de Filosofia III*. 2ª Edição. Loyola: S. Paulo, 2002, p. 224.

¹³ VOEGELIN, Eric. *Renascença e Reforma - História das Ideias Políticas*, Vol. IV. Trad. Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2014, pp. 239-240.

¹⁴ Novas narrativas, baseadas nos novos mundos, repletas de ficção, movia a imaginação das pessoas, em uma mescla do Paraíso Terrestre com o imaginário popular inspirado em contos trovadorescos. SICHEL, Edith. *O Renascimento*. Trad. Iracilda M. Nascimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 107.

SOUZA NETO, César Cardoso de. Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico. pp. 123-139

Dessa forma, visavam despertar o leitor para os problemas sociais, principalmente a *pleonexia*¹⁵, reconhecendo que esta ocorre em todas as classes de pessoas.¹⁶

More apresenta o mais célebre desses mundos fantásticos, no qual se escaparia de todas as injustiças, em uma ilha na forma de uma lua crescente. Neste lugar havia uma divisão de tudo entre a população, que vivia confortavelmente e sem violência e injustiça.¹⁷

3. O reino da quimera satírica

Separadas pela distância entre ideal e real, Utopia e Inglaterra encontram-se unidas no mesmo mar de criatividade humanista, envoltas nas brumas jocosas da ironia, guiadas por um navegador que traça um vasto mapeamento das questões políticas, econômicas e religiosas que caracterizam tão díspares semelhanças.

Como qualquer outra obra, *Utopia* representa uma contradição com as condições objetivas da existência, transcendendo seu momento histórico, vinculando-se ao mundo moral. Conceitos de justiça, liberdade e trabalho, concebidos sob uma roupagem ética, convertem-se em conceitos centrais expressos em *Utopia* através de sua filosofia política.

Conhecedor da realidade sócio-cultural inglesa More se recusa traduzir o texto para o inglês. Ciente de poderia ser mal interpretado por aqueles que se consideravam sábios, mas na verdade eram ignorantes e pelo pior tipo de pessoas, os parasitas do poder, preferiu escrevê-lo em latim.

O texto nos traz um diálogo entre três personagens, Rafael Hitlodeu, Pierre Gilles e Tomas More.

A personagem Rafael Hitlodeu, teve sua inspiração no marinheiro luso, membro da viagem de Vespúcio¹⁸, revelando-se um homem típico do humanismo, versado em latim e grego, referindo-se sempre a Cícero e Sêneca. Este marinheiro é caracterizado por sua abertura ao conhecimento, pelo desapego dos falsos valores e, sobretudo, disposto a aconselhar quem o procurasse – exceto aqueles que ainda se encontravam presos às amarras

¹⁵ Pleonexia, termo originado no grego *πλεονεξία* – Trata-se do conceito filosófico usado nos textos de Platão, Aristóteles e Plotino, também empregado pelo cristianismo, o qual corresponde à avareza. Pode ser definido como um desejo de possuir aquilo que pertence a outra pessoa por direito. FERRATER MORA, José. *Diccionario de Filosofía Abreviado*. Barcelona: EDHASA, 2008, p. 387.

¹⁶ Voegelin diz que More “Reconhece o mal não apenas na *pleonexia* do príncipe, mas geralmente entre todas as classes de pessoas; a paixão de poder e de engrandecimento político é apenas uma manifestação entre outras.” VOEGELIN, Eric. *História das ideias políticas... Op. Cit.*, pp. 144-145.

¹⁷ SICHEL, E. *O Renascimento. Op. Cit.*, pp. 108-109.

¹⁸ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro... Op. Cit.*, p. 25.

SOUZA NETO, César Cardoso de. Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico. pp. 123-139

do dinheiro e do poder. Mostra-se um letrado marujo, que navega pelas águas da filosofia, preferiu não estar vinculado a nenhum lugar específico. Viajando pelo mundo, conheceu novos lugares e depois, divulgava o conhecimento adquirido por onde passava.

Entretanto, este navegante manifesta a ironia moreana em relação ao poderosos de seu tempo, que se mostravam absortos em multiplicar suas posses, mantendo-se no ócio, continuando com suas guerras e com a vida repleta de frivolidades, olvidando-se de sua missão primordial, o bem de seu reino. Ironicamente, o nome *Hythlodæus* significa aquele que se mostra *insensato*, enquanto a personagem mostra-se brilhante e prudente, apontando mais uma das satíricas críticas moreanas.

Por essa razão, Rafael não desejava aconselhar nenhum príncipe, uma vez que estes se preocupavam mais com supérfluos do que com o ato de governar. Acostumaram-se às sobras da escuridão e a luz os incomodava. Portanto, não haveria nenhum interesse da parte destes em aplicar os conselhos de Rafael.¹⁹

4. Da produção do pão à manufatura do orgulho

As transformações econômicas puseram em movimento novos extratos sociais, pessoas desgarradas de suas antigas atividades rurais. Essa realidade devia-se às atividades mercantilistas da burguesia e de parte da nobreza que inovaram suas atividades produtivas, proporcionando, dois séculos e meio mais tarde, o embrião da futura Revolução Industrial.²⁰

Ao explicar uma das causas pelas quais havia tantos ladrões na Inglaterra, o autor explicitava sua crítica irônica quanto ao êxodo rural. Forçados pela necessidade, expulsos das antigas terras comunais, os lavradores de outrora dedicaram-se à mendicância ou ao roubo, já que se encontravam tolhidos de suas atividades agrícolas nas grandes cidades. Por isso, Rafael se dizia contrário à pena capital para os ladrões.²¹

More reflete que ao se preferir a criação de ovelhas no lugar das atividades agrícolas, trocava-se a produção de alimentos pela de lã e, conseqüentemente, optava-se pela miséria, mendicância e violência nas cidades.²²

¹⁹ MORUS, Thomas. *Utopia ou a Melhor Forma de Governo*. 2ª ed. Tradução, prefácio e notas Aires A. Nascimento; Estudos e introdução José V. de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. Utopia I, 33.

²⁰ FONTAN, Antón. *Príncipes y humanistas*. Madrid: Marcial Pons, 2008, p. 136.

²¹ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia I, 43-44.

²² *Ibid.*, Utopia I, 39-40.

A crítica das questões sociais de sua época nos oferece uma perspectiva dos ideais político-sociais de More. O autor propõe uma sociedade justa e fraterna, na qual seriam superadas as diferenças sociais entre ricos e pobres. Isso seria possível a partir do momento que todos se dedicassem ao trabalho, sem a menor possibilidade da existência de privilégios. Destarte, não haveria mais espaço para o orgulho insolente de uma nobreza indolente e perdulária. Afastava-se de uma vez por todas a possibilidade de acúmulo de riqueza, pois, todos os bens produzidos socialmente seriam repartidos em igual proporção entre todos os cidadãos.

A grave situação de desigualdade conduz aos vícios, e tal conjuntura é causada pela *superbia*²³, gerada pela necessidade de se ter cada vez mais bens. More entende que a propriedade privada seria a raiz de todos esses males. Dessa forma, estabelece sua abolição na ilha de Utopia.

Esta realidade vai além do fim da propriedade e dos meios de produção, tornando-se parte da vida social de todos os habitantes da ilha, uma vez que até as casas seriam comuns, trocadas a cada tempo²⁴. Logo, como a propriedade privada se mostrava como origem de tantos problemas, propunha sua extinção para a instituição de uma sociedade justa e fraterna.

25

O desprezo pela propriedade privada reflete a proximidade de More aos ideais franciscanos, com os quais convivera e se tornara membro de uma fraternidade de Terceiros²⁶. A formação cristã ofereceu-lhe conceitos como a cooperação fraterna entre os homens. Ademais, proporcionou-lhe refletir a ordem social através de princípios morais e políticos mais próximos dos ideais de uma comunidade fundada no bem e na justiça.

Por essa aversão à propriedade privada, entendida como fonte de orgulho e de diferenças sociais que More foi associado ao pensamento socialista.

5. Bem-aventurada a preguiça, dela serão os conventos

²³ *Superbia* – palavra latina cujo significado quer dizer soberba/orgulho – no texto o termo apropriado é o orgulho.

²⁴ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 76.

²⁵ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno... Op. Cit.*, p. 279.

²⁶ Membro da Ordem Terceira, uma dos três fraternidades dentro da mesma Ordem fundada por São Francisco de Assis. Assim se dividem as fraternidades: Primeira – ramo dos frades; Segunda – as monjas clarissas; Terceira – dos leigos. Dessa forma, São Francisco acolhia a todos em sua Ordem.

Durante a longa conversa entre Rafael e seus interlocutores, propôs-se que os criminosos fossem forçados a trabalhar para a comunidade. Nesse momento, aparece-lhes um bufão sugerindo que os infratores fossem acolhidos nos conventos, sendo então convertidos em piedosos e trabalhadores cidadãos. Isso fez gargalhar um frade, doutor em teologia, que se encontrava a falar com eles.

A resposta do frei insiste que tal alternativa não livraria os malfeitores, somente por se tornarem colaboradores dos religiosos. Ao que lhe contesta o palhaço, afirmando que isso seria sim uma excelente solução, pois caso os vagabundos fossem condenados a trabalhar, seria muito mais lucrativo, já que os religiosos eram os tipos mais ociosos que existiam.²⁷

A comparação de que os membros das ordens religiosas seriam mais desocupados que mendigos, empregada um bufão – que no período do Medievo era caracterizado como o sábio que dizia coisas sérias através do deboche inteligente – seria mais uma artimanha divertida, escancarando a crítica moreana.

Em relação aos abusos religiosos da época, Dawson diz que o descaso dos bispos seria menos prejudicial caso as ordens religiosas tivessem mantido suas atividades quanto antes, em outros momentos sombrios da Igreja.²⁸

Contudo, as grandes abadias tinham se tornado corporações latifundiárias, tendo sido os abades nomeados entre os favoritos dos papas ou dos reis ingleses, pessoas da nobreza totalmente descomprometidas, desviando-se dos ideais religiosos. Na triste realidade inglesa da época de More, apenas os monges Cartuxos e os frades Observantes, seguidores da Reforma de São Bernardino de Sena, que ainda se mantinham fiéis aos ideais do catolicismo.²⁹

A vida do espírito havia sido relegada à vida privada, a salvação não era mais a preocupação da hierarquia eclesiástica, tampouco dos governantes³⁰. Portanto, seria mais urgente uma mudança de consciências e, a partir desta, a renovação das instituições.³¹

6. Superbia: a raiz de todos os males

²⁷ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia I, 50-51.

²⁸ DAWSON, Christopher. *A divisão da cristandade – da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*. Trad. Márcia Xavier de Brito. 1ª Ed. S. Paulo: É Realizações, 2014. Pp. 106-107.

²⁹ DAWSON, Christopher. *A divisão da cristandade.. Op. Cit.*, p. 108.

³⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno... Op. Cit.*, p. 247.

³¹ Quanto a esta questão, Voegelin discorre: “Como um cristão consciencioso e teólogo treinado, More sabia que a *superbia* não pode ser abolida por mecanismos institucionais.” VOEGELIN, Eric. *História das ideias políticas... Op. Cit.*,p. 147.

O problema da propriedade privada levava à *superbia*, tornando quase impossível que se pudesse governar justamente, que se fizesse florescer a prosperidade, porque o interesse se volta ao lucro e não à produção.³²

A conexão estabelecida entre *superbia* e injustiça mostra-se inseparável. A propriedade deveria ser abolida porque é o principal instrumento para o deleite da *superbia*. O orgulho é a fonte real do mal, porque o orgulho mede seu bem-estar não em termos de riqueza, mas pela miséria dos outros.

Dessa forma, aqueles que detêm a propriedade e o dinheiro fingem representar o interesse da comunidade, e com esse pretexto tomam conta de seus próprios interesses. Elaboram truques legais para manter a salvo o que ganham injustamente, explorando o trabalho daqueles que se colocam a seu serviço.³³

Após essas discussões preliminares, as personagens propõem a Rafael que lhes conte sobre Utopia enquanto se dirigem para a refeição, concluindo assim o primeiro livro.

7. Assim na Inglaterra como em Utopia

Ao iniciar o Livro II, Rafael lhes conta que o nome *Utopia* advém do rei que havia conquistado aquele lugar, Utopos. Este conduziu seu povo, rude e selvagem aos bons costumes e à perfeição, em uma clara alusão aos ideais humanistas de civilização que deveria ser levado a todo mundo.³⁴

Na ilha de Utopia tem-se cinquenta e quatro cidades-Estado confederadas, amplas e belas, estando *Amaurotus*, a capital e principal cidade do país, no centro da ilha³⁵. Esse número de cidades-Estado não se trata de uma mera casualidade, pois, na época de More havia na Inglaterra exatos cinquenta e quatro condados. Ademais, o nome da capital, *Amaurotus*, é um termo grego que significa *nebuloso, brumoso, sombrio*, um gracejo irônico a Londres, evidenciando que justamente estava a satirizar sua amada Inglaterra.³⁶

Rafael conta-lhes que nos campos há vários sítios habitados por muitas pessoas que se dedicam à agricultura, os quais periodicamente trocam suas moradias e labores com os

³² MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia I, 64-65.

³³ FONTAN, Antón. *Príncipes y humanistas... Op. Cit.*, p. 141.

³⁴ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 71.

³⁵ *Ibid.*, Utopia II, 71-72.

³⁶ “No parece mera coincidencia. El objeto de crítica de Moro sigue siendo el Reino de Inglaterra, pero también el resto de las monarquías absolutas de la Europa Cristiana.” FONTÁN, Antón. *Príncipes y humanistas... Op. Cit.*, p. 289.

SOUZA NETO, César Cardoso de. Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico. pp. 123-139

habitantes das cidades. Dessa forma, todos os utopienses aprendem e praticam essa nobre tarefa de produzir alimentos, existindo muitos que ficam mais tempo cultivando, pois sentem grande alegria nesse labor.³⁷

A economia utopiana não se dedicava ao mercantilismo. Ao contrário, estruturava-se em uma economia que produz essencialmente para o consumo interno produtos com valores de uso. Fundar a sociedade baseada em uma economia que está orientada para a produção de valores de uso foi a maneira encontrada por More para estabelecer uma divisão social do trabalho que fosse capaz de organizar relações sociais de produção, das quais fosse excluída a propriedade privada.

Na ilha de Utopia, a aplicação de todos ao trabalho, sem a menor possibilidade da existência de privilégios, era a hipótese que More utilizava no intuito de acabar com a falsa impressão de superioridade social. Logo, a *superbia*, fonte de todos os vícios, seria aniquilada.³⁸

8. Trabalho que produz o pão e a salvação

More tinha como meta a redução da pobreza, a valorização do trabalho, tornando a riqueza compatível com uma sociedade fraterna. E isto somente seria possível se todos recebessem tratamento igualitário em um uma sociedade na qual as mesmas oportunidades fossem oferecidas a todos.³⁹

Em Utopia o trabalho era comum, entendendo como se planta e colhe, como os alimentos são produzidos, o que evidencia a crítica moreana à nobreza e à burguesia renascentistas, caracterizadas pela ociosidade e desonestidade.

More faz uma crítica aos excessos de uma falsa privacidade na vida cotidiana, que fora caracterizado pela burguesia mercantilista da renascença, que se baseava na propriedade privada, construindo patrimônios admiráveis. Isso visava ostentar uma alta qualidade de vida, cuja riqueza é medida em relação à indigência da maioria da população⁴⁰.

³⁷ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 72-73.

³⁸ MIGUEL, Luis Felipe. *O nascimento da Política Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007, pp. 57-59.

³⁹ FONTAN, Antón. *Príncipes y humanistas... Op. Cit.*, pp. 304-305.

⁴⁰ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, p. 187.

Nesse sentido, o texto moreano enfatiza que todos tinham acesso às residências que nestas nada havia que não fosse de uso comum. Assim, a cada dez anos, mediante sorteio, havia uma troca de casas entre os cidadãos.⁴¹

As questões sociais de sua época revelam as implicações políticas presentes na Utopia. Uma vez mais, usando de sua refinada ironia, esforça-se na intenção de que se eliminasse a distância social existente entre a nobreza, burguesia mercantilista e os pobres camponeses, bem como com os mendigos em sua sociedade.

More concebia que muitas atitudes dos governantes poderiam ser questionadas, especialmente no que se refere às guerras, aos impostos e à manutenção de uma corte ociosa. Assim, em Utopia o príncipe era eleito democraticamente e seu cargo seria vitalício, a menos que fosse deposto por suspeita de tirania⁴², considerada por ele como o mais grave perigo ao reino. Tragicamente, alguns anos após a edição de Utopia, tornou-se vítima do despotismo que tanto repudiava.

Considerando sua pontualidade e seus rigorosos hábitos pessoais, o autor dispõe em apenas seis horas diárias a jornada de trabalho dos utopienses, onde todos trabalham, homens e mulheres, sem distinção.

O dia de trabalho teria início às sete horas, sendo que ao meio dia almoçavam, descansando por duas horas, reiniciando as atividades laborais às três da tarde, terminando o dia às seis da tarde, quando se dirigiam às suas casas, jantavam e dedicavam uma hora a jogos e divertimentos em família, após descansavam por oito horas no período noturno.⁴³

Estes horários estão precisamente definidos para produzir suficiente e abundantemente todas as coisas necessárias para a vida.

Uma vez mais, demonstra sua crítica à nobreza, à burguesia e ao clero, cuja cobiça e orgulho são causas de que o trabalho seja exercido apenas pelos menos favorecidos, que trabalham de sol a sol. Tais excessos não ocorreriam em Utopia.⁴⁴

A crítica social moreana expõe os males sociais da época, através da descrição ricamente elaborada no decorrer do texto, evidenciando sugestões para melhorias concretas. Dessa forma, a verdadeira nobreza se encontrava no desenvolvimento humanista de virtudes e não no legado histórico familiar ou no acúmulo de riquezas.⁴⁵

⁴¹ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 76.

⁴² *Ibid.*, Utopia II, 77-78.

⁴³ *Ibid.*, Utopia II, 81.

⁴⁴ *Ibid.*, Utopia II, 82-83.

⁴⁵ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno... Op. Cit.*, p. 256.

Para se alimentarem, os habitantes se dirigiam à praça do mercado, onde adquiriam todo o necessário, mas, sem nada pagar⁴⁶. Isso seria possível porque havia uma produção voltada à satisfação das necessidades da população, não possibilitando gastos com coisas supérfluas ou com a ostentação que leva à *superbia*.

9. Nem só de liberdade vive Utopia: a escravidão

Alegando que se deve evitar qualquer tipo de violência, os cidadãos relegam aos escravos o que acreditam ser algo indigno, pois requer o uso da violência. Assim, ao preparar a carne que será consumida, os cidadãos livres não estavam autorizados a realizar tais tarefas, que seriam realizadas pelos escravos.⁴⁷

Estes escravos eram justamente aqueles que foram condenados pelo cometimento de graves delitos, considerados como hediondos. Destarte, eram condenados ao trabalho contínuo, em favor de toda a comunidade.⁴⁸

Há neste mesmo trecho uma interessante exceção quanto aos prisioneiros de guerra, já que não seriam escravizados os derrotados em uma batalha contra os utopienses. Contudo, havia a exceção daqueles que atacavam Utopia, que se tornavam escravos, porém, apenas eles, poupando-se seus descendentes.⁴⁹

More critica a escravidão que se praticava ainda em muitos reinos europeus. Todavia, substitui a pena de morte pela escravidão, em um evidente ideal humanista visando atenuar as penas capitais, largamente empregadas pelas leis da época.

Convém recordar que More escreve para um público específico, seus pares, aqueles que detinham os instrumentos linguísticos, culturais e filosóficos que lhes permitiriam decodificar o texto. Portanto, é necessário entender o autor e sua obra como fruto de seu tempo e que espelha aquela cultura.⁵⁰

10. Solidariedade: na saúde e na doença

⁴⁶ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 88.

⁴⁷ *Ibid.*, Utopia II, 88.

⁴⁸ *Ibid.*, Utopia II, 119.

⁴⁹ *Ibid.*, Utopia II, 119.

⁵⁰ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, pp. 78-79.

Na sociedade utopiana, os enfermos eram os primeiros a receberem os alimentos, atendidos em quatro grandes hospitais, que se localizavam no entorno da cidade, um pouco distante das muralhas. Estes hospitais eram grandes, espaçosos que mais pareciam quatro pequenas cidades.⁵¹

Ao que tudo indica, durante suas embaixadas, More teria conhecido na Itália hospitais que se adequavam aos ideais humanistas. Nestas instituições, os doentes eram atendidos por médicos e o ambiente estava arejado e limpo. More incentivou que o futuro médico real, Sir Thomas Linacre, fosse viver algum tempo na Toscana e em Roma, o que possibilitou o desenvolvimento do ideal de saúde humanista na Inglaterra.⁵²

11. Deixe a morte me levar

O tema da enfermidade localiza um dos dilemas morais suscitados na obra *Utopia*, a morte digna. No caso de uma enfermidade incurável, gerando consigo sofrimento e angústia, os sacerdotes e os médicos exortavam o doente – que não se mostrava apto a realizar nenhuma função vital – que sua sobrevivência lhe traria maiores tormentos, tornando-se uma verdadeira tortura. Logo, decidia-se em não consentir a continuidade desse mal, optando por terminar este sofrimento com uma morte digna.

Aqueles que assim decidissem, terminariam suas vidas voluntariamente, deixando de se alimentar, morrendo durante o sono, sem nenhuma sensação de agonia. Assim, a morte que acabava com a dor, não seria contrária às leis divinas, pois estaria de acordo com os sacerdotes, intérpretes da vontade de Deus, agindo de modo honrado e virtuoso.

Contudo, ninguém seria obrigado a morrer contra sua própria vontade, tampouco deixariam de usar da mesma atenção e cuidado que têm para com os enfermos. Aquele que decidisse continuar a sofrer as dores e angústias de sua enfermidade incurável seria respeitado.⁵³

Quanto àqueles que tiravam sua própria vida, sem o necessário aconselhamento dos sacerdotes e dos magistrados, tinham seus corpos jogados em um pântano, pois eram considerados indignos de receberem sepultamento ou de seus corpos serem consumidos pelas chamas⁵⁴. Portanto, a morte assistida seria considerada digna, contando com a permissão da

⁵¹ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 89.

⁵² BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, pp. 315-317.

⁵³ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 119-120.

⁵⁴ *Ibid.*, Utopia II, 120.

SOUZA NETO, César Cardoso de. Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico. pp. 123-139

religião e da justiça e demonstra que não seria permitido tirar a vida de ninguém, mesmo que tivesse cometido um crime.⁵⁵

Observa-se a forte influência platônica, presente nessa concepção moreana, como uma forma de se entender o conceito de morte digna assistida⁵⁶. O dilema moral apresentado nos convida à reflexão, ante a complexidade do tema.

12. O tesouro pelo qual se dá a vida: a Família

A visão moral cristã está presente no que se relaciona ao casamento. More nos diz, através de Rafael que caso alguém tenha pecado antes do matrimônio, seria condenado e severamente castigado. Não lhe seria permitido casar-se, exceto se esta falta fosse absolvida pelo príncipe.⁵⁷

Alegando que o sentido dessa norma se encontra na proteção ao matrimônio, que não deve ser dissolvido, senão pela morte de um dos cônjuges, preserva a união conjugal da degeneração do adultério.

Caso ocorresse este problema, a parte ofendida deveria buscar o Conselho, o qual se encarregaria de analisar o caso. Assim, após a análise e a consequente decisão do Conselho, a parte traída receberia a licença para se separar e, posteriormente, contrair novas núpcias, enquanto a parte adúltera seguiria vivendo na infâmia fora do casamento.

Porém, ante uma situação de desentendimento do casal, onde se tornasse impossível a convivência, considerava que seria uma grande crueldade expor uma família a tal conflito. Assim, caso fosse impossível que se restabelecesse a harmonia, em vista de uma vida mais pacífica e alegre, e estando ambos em pleno acordo, torna-se possível o divórcio.

Contudo, sem uma análise pormenorizada e o consentimento do Conselho, nenhum divórcio se realizaria em Utopia⁵⁸. Este posicionamento que considera a unicidade e indissolubilidade do matrimônio tornar-se-á a causa da condenação e do martírio de More, uma vez que em nada o casamento entre Henrique e Catarina se enquadrava nas hipóteses nas quais poderia ser passível de anulação.⁵⁹

⁵⁵ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia I, 43-44.

⁵⁶ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, p. 322.

⁵⁷ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 121.

⁵⁸ *Ibid.*, Utopia II, 122.

⁵⁹ Não podemos nos esquecer que os casamentos reais, no tempo de More, eram compromisso de Estado, e no caso de Henrique e Catarina, o matrimônio estava consumado e corria na normalidade há mais de 10 anos, portanto, seriam impossíveis quaisquer alegações da parte do rei, visto que o mesmo buscava a anulação do

13. Pacifistas, porém, guerreiros

Quanto à difícil questão da defesa, Rafael alega que os utopienses detestavam a guerra, considerando-a desagradável e primitiva, um costume animalesco, uma verdadeira ignomínia que todos deveriam se envergonhar. Este posicionamento se mostra em total oposição ao ideal glorioso das vitórias obtidas pelos reis, nas batalhas que consideravam bravura e valentia, um verdadeiro prazer nos tempos de More.⁶⁰

A imbecilidade da guerra torna-se ainda mais desumana quando se usam mercenários, uma prática muito comum naquela época. Rafael conta que os *Zapoletas*⁶¹, dedicavam-se somente à guerra, alegrando-se enormemente quando a conseguiam, oferecendo seus serviços por pouco dinheiro, ganhando a vida buscando a morte.⁶²

Entretanto, apesar de desprezarem a guerra, os utopienses eram treinados e equipados para ela, não só para proteger seus tesouros amealhados com o comércio e o arrendamento de terras, mas também para defender seu território, ou ajudando algum povo oprimido. Utopia mostrava-se independente de tropas de mercenários, prática muito comum na Europa nos tempos de More, pois, seu povo, a pesar de pacífico, sabia defender seus interesses.⁶³

Uma estratégia usada pelos utopienses era o enfraquecimento moral de seus adversários. Estimulavam as dissidências internas incentivando as traições e revoltas contra os dirigentes. Destarte, ao dividirem internamente seus adversários os tornava mais fracos, o que lhes poupava de uma guerra com muitas vítimas fatais.⁶⁴

Dessa forma, Utopia somente conhece a guerra caso se trate de “guerra justa”, pois são contrários a qualquer tipo de violência.

14. Em nome do Altíssimo

casamento para viver com uma de suas amantes. BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, pp. 115-116.

⁶⁰ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 129.

⁶¹ Termo cujo significado grego é aquele que se vende com facilidade.

⁶² MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 134.

⁶³ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno... Op. Cit.*, p. 219.

⁶⁴ FONTAN, Antón. *Príncipes y humanistas... Op. Cit.*, p. 292.

O último tema tratado na longa conversa trata-se da religião. Em Utopia existe a liberdade religiosa, já que Utopos tomou a decisão de deixar livres os utopienses no que concerne à religião, a fim de que se conservasse a paz.

Essa seria uma de suas mais antigas leis, que nenhuma pessoa fosse censurada por manter e defender sua religião. Antes da chegada deles à ilha, havia muitas discussões religiosas e, para encerrar tais discussões, decretou-se que cada um seguisse a religião que melhor lhe aprouvesse.⁶⁵

More critica o uso do *cuius regio eius religio*⁶⁶ para a obtenção da convivência religiosa, sugerindo justamente o contrário, que o rei deixasse que seus súditos escolhessem a religião que quisessem. Esta concepção de More terá ressonância na posterior ideia de tolerância proposta por Locke, permitindo que cada um possa crer no que desejar, em um notório deísmo, em nome de um mútuo respeito religioso.

Considerando que Horta enfatiza que “religião é poder, devendo ser entendida como algo muito mais importante que uma mera questão de crença”, mostra-se um tema essencial devido à vinculação profunda entre poder temporal e religioso, como elemento determinante para a cultura ocidental.⁶⁷

Ademais, os fiéis sabiam que as propostas de Reforma Religiosa advindas por parte dos príncipes, não passavam de um jogo de interesses para acomodar seus objetivos de dominação e ganância, tendo uma instituição que os abençoasse e os justificasse nesses pérfidos propósitos.⁶⁸

Apesar da crítica aos membros da Igreja de seu tempo, More manteve-se fiel à autoridade do Magistério e da Tradição da Igreja. O recurso exclusivo à autoridade do texto da Sagrada Escritura, sistematicamente praticado pelos adversários, More opunha a autoridade do Magistério, partindo dos textos da Escritura, passando pela literatura patrística, grega e latina, até aos concílios ecumênicos, invocando a doutrina transmitida à Cristandade ao longo dos séculos.⁶⁹

A fé de Tomas More evidencia-se por estar intimamente relacionada à intensidade de sua vida. Expressava seu fervor no convívio familiar, ao mostrar-se útil a todos através de seu

⁶⁵ MORUS, Thomas. *Op. Cit.*, Utopia II, 143.

⁶⁶ Que a religião do rei seja a de seu reino.

⁶⁷ Notas de aula do Prof. Dr. José Luiz Borges Horta, no Curso (Re)leituras do político, da polis à despolitização I, oferecida pelos Professores: Prof. Dr. José Luiz Borges Horta e Profa. Dra. Karine Salgado, do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, no primeiro semestre de 2015.

⁶⁸ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, pp. 347-349.

⁶⁹ BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro...Op. Cit.*, p. 388.

SOUZA NETO, César Cardoso de. Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico. pp. 123-139

trabalho, no qual teve dedicação exemplar. Também na expressão literária, nascida nos ideais cristãos medievais, que se destinava à promoção da verdadeira Reforma: aquela que cada um deveria fazer em sua própria vida, uma transformação interior.⁷⁰

15. Conclusão

No ano de 1516, Tomas More propõe soluções e transformações que ainda se mostram extremamente atuais, como uma melhor regulamentação do trabalho, a participação na produção pelos empregados e, principalmente, o respeito ao país por parte dos governantes. Como fundamento dessas transformações destaca um programa de educação, tal qual na sua Utopia, que abrangesse os aspectos físico, intelectual, artístico, cívico, moral e religioso, aberta a todos e de caráter permanente.

Afinal, em uma sociedade culta, na qual todos os seus membros possuam uma sólida formação humana, social e cívica é, necessariamente, uma sociedade mais justa.

Tanto na obra quanto de modo especial no testemunho de Tomas More torna-se viva a afirmação de Lima Vaz que a vida espiritual e cultural constituem as ricas matrizes heurísticas⁷¹ que nos permitem interpretar os universos simbólicos que presidiram ao ciclo das civilizações do Ocidente.⁷²

REFERÊNCIAS

BERGLAR, Peter. *La hora de Tomás Moro: Solo frente al poder*. Madrid: Editorial Palabra, 1993.

CUNHA, Paulo Ferreira. Lion in Winter – Tomás Moro na nossa estação. Diálogos com o Direito Constitucional, o Cristianismo e a Utopia Social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. São Paulo: ESDC. N. 7. Vol. 1. 379-390. 2006. Disponível em: <http://works.bepress.com/pfc/36/>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

DAWSON, Christopher. *A divisão da cristandade – da Reforma Protestante à Era do Iluminismo*. Trad. Márcia Xavier de Brito. 1ª Ed. S. Paulo: É Realizações, 2014.

⁷⁰ “Uma vez que More diagnosticou os males do tempo como uma excitação da *superbia*, a resposta cristã teria de ser a restauração da ordem espiritual através, por exemplo, da reforma da Igreja.” VOEGELIN, Eric. *História das ideias políticas... Op. Cit.*, p. 148.

⁷¹ Heurística: método ou processo criado com o objetivo de encontrar soluções para um problema. É um procedimento simplificador, ainda que não simplista, que em face de questões difíceis envolve a substituição destas por outras de resolução mais fácil a fim de encontrar respostas viáveis, ainda que imperfeitas. KAHNEMEN, Daniel. *Rápido & Devagar; Duas Formas de Pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pág. 127.

⁷² VAZ, Henrique C. de Lima. *Filosofia e Cultura. Escritos de Filosofia III*. 2ª Edição. Loyola: S. Paulo, 2002, p. 224.

SOUZA NETO, César Cardoso de. *Entre o Devaneio e a Glória: um Olhar Humanista Crítico*. pp. 123-139

DAWSON, Christopher. *Dinâmicas da História do Mundo*. Trad. Maurício G. Righi. 1ª Ed. São Paulo: É Realizações. 2010.

FERRATER MORA, José. *Diccionario de Filosofía Abreviado*. Barcelona: EDHASA, 2008.

FINLEY, Moses. *Uso e abuso da História*. Trad. Marylene Pinto Michael São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONTAN, Antón. *Príncipes y humanistas*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

HELLER, Agnes. *El hombre del Renacimiento*. Trad. J. F. Yvars y Antonio Prometeo Moya. Barcelona: Península, 1980.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Trad. M. H. C. Cortês. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p. 53.

KAHNEMEN, Daniel. *Rápido & Devagar; Duas Formas de Pensar*. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pág. 127.

KRISTELLER, Paul Oskar. *El pensamiento renascentista y sus fuentes*. Trad. Federico Patán López. Edição México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

LIMA VAZ, Henrique C. de. *Filosofia e Cultura*. Escritos de Filosofia III. 2ª Edição. Loyola: S. Paulo, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. *O nascimento da Política Moderna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

MORUS, Thomas. *Utopia ou a Melhor Forma de Governo*. 2ª ed. Tradução, prefácio e notas Aires A. Nascimento; Estudos e introdução José V. de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

SICHEL, Edith. *O Renascimento*. Trad. Iracilda M. Nascimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

VATICANO <http://w2.vatican.va/content/john-paulii/pt/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_20001031_thomas-more.html> Acesso em: 12 de abril de 2016.

VOEGELIN, Eric. *Renascença e Reforma - História das Ideias Políticas*. Vol. IV. Trad. Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É Realizações. 2014.